

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

APLICAÇÃO: 21/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

O Sistema de Informação de Custos do Setor Público é apoiado em **três** elementos: sistema de acumulação, sistema de custeio e método de custeio. O sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e a outros objetos de custos, estando relacionado ao fluxo físico e real da produção. O sistema de custeio está associado ao modelo de mensuração e, desse modo, podem ser custeados os diversos agentes de acumulação, de acordo com diferentes unidades de medida, conforme as necessidades dos tomadores de decisões. O método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que esteja sendo custeado.

Os atributos da informação de custos que podem ser associados à decisão de construir ou alugar no setor público são: **relevância**, entendida como a qualidade da informação de influenciar as decisões de seus usuários e, com isso, auxiliar na avaliação de eventos passados, presentes e futuros; **utilidade**, isto é, a informação deve ser útil à gestão, tendo a sua relação custo-benefício sempre positiva; **oportunidade**, correspondente à qualidade da informação de estar disponível no momento adequado à tomada de decisão; **fidedignidade**, referente à qualidade que a informação tem de estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo, para esse efeito, apresentar as operações e os acontecimentos de acordo com sua substância e realidade econômica, e não meramente com a sua forma legal; **especificidade**, que significa que as informações de custos devem ser elaboradas de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários; **comparabilidade**, entendida como a qualidade da informação de registrar as operações e os acontecimentos de forma consistente e uniforme, de modo a permitir a comparabilidade entre as distintas instituições com características similares; e **granularidade**, sistema que deve ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.

Nos termos da NBC TSP que trata da demonstração do resultado econômico, receita econômica é o valor apurado a partir de benefícios gerados à sociedade pela ação pública, obtido por meio da multiplicação da quantidade de serviços prestados, bens ou produtos fornecidos pelo custo de oportunidade, enquanto o custo econômico de uma atividade traduz as oportunidades perdidas com essa atividade. Por sua vez, custo de oportunidade é o valor que seria desembolsado na alternativa desprezada de menor valor entre aquelas consideradas possíveis para a execução da ação pública. No caso em questão, é necessário que o custo de oportunidade da decisão seja relacionado ao valor do aluguel. Os exemplos apresentados devem observar a seguinte estrutura.

- (+) receita econômica (valor do aluguel de um prédio \times quantidade de pessoas atendidas com o serviços)
- (-) custos diretos dos serviços prestados (mão de obra direta, material de construção, tributos incidentes)
- (=) margem bruta
- (-) depreciações
- (-) custos indiretos alocados ao serviço (salários da área administrativa, energia elétrica, água, telefone da área administrativa, depreciação do mobiliário da área administrativa)
- (=) resultado econômico

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

- 0 – Não abordou nenhum dos elementos envolvidos no aspecto.
- 1 – Mencionou um ou mais elementos, mas não o(s) definiu.
- 2 – Definiu apenas um elemento envolvido no aspecto.
- 3 – Definiu apenas dois elementos envolvidos no aspecto.
- 4 – Definiu os três elementos envolvidos no aspecto.

Quesito 2.2

- 0 – Não abordou nenhum atributo da informação de custos.
- 1 – Mencionou um ou mais atributos da informação de custos, mas não o(s) descreveu.
- 2 – Descreveu corretamente apenas um atributo da informação de custos.
- 3 – Descreveu corretamente dois atributos da informação de custos.

Quesito 2.3.1

- 0 – Não abordou a apuração do resultado econômico.
- 1 – mencionou o aspecto, mas não o desenvolveu.
- 2 – Desenvolveu o aspecto de forma insuficiente e(ou) com inconsistências.
- 3 – Desenvolveu o aspecto de forma clara e conectada às demais partes do texto.

Quesito 2.3.2

- 0 – Não indicou nenhum custo direto associado à situação.
- 1 – Indicou apenas um custo direto associado à situação.
- 2 – Indicou dois custos diretos associados à situação.

Quesito 2.3.3

- 0 – Não indicou nenhum custo indireto associado à situação.
- 1 – Indicou apenas um custo indireto associado à situação.
- 2 – Indicou dois custos indiretos associados à situação.

PCI Concursos

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

APLICAÇÃO: 21/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Conceituação da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização

A Matriz de Achados é uma forma de organização das informações correspondentes aos achados de auditoria, guardando pertinência com a Matriz de Planejamento.

A Matriz de Responsabilização é uma forma de organização das informações concernentes à evidência da irregularidade apurada, à identificação do responsável, à apuração da data do fato, conduta e nexo de causalidade, bem como a proposta de encaminhamento.

Utilidades das Matrizes

Utilidades da Matriz de Achados: facilitar a visualização dos resultados; demonstrar a consistência lógica entre os achados, suas causas, seus efeitos, as proposições e benefícios esperados; e auxiliar na elaboração do relatório de auditoria.

Utilidades da Matriz de Responsabilização: evidenciar a responsabilização daquele que deu causa à irregularidade identificada na auditoria e a seus efeitos, bem como fundamentar a proposta de sanção ou sua não aplicação.

Campos de informação das Matrizes

Na Matriz de Achados, devem constar os seguintes campos de informação:

- (1) achados de auditoria;
- (2) critérios;
- (3) análises e evidências;
- (4) causas;
- (5) efeitos;
- (6) proposições;
- (7) benefícios esperados;
- (8) referência.

Na Matriz de Responsabilização, devem constar os seguintes campos de informação:

- (1) achados de auditoria;
- (2) irregularidade;
- (3) data (ou período) de ocorrência do fato;
- (4) responsável(eis);
- (5) período de exercício no cargo;
- (6) conduta;
- (7) nexo de causalidade;
- (8) excludentes;
- (9) proposta de encaminhamento.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

- 0 – Não apresentou corretamente a conceituação de nenhuma Matriz.
1 – Apresentou a conceituação correta para apenas uma Matriz.
2 – Apresentou a conceituação correta para ambas as Matrizes.

Quesito 2.2.1

- 0 – Não apresentou corretamente as utilidades da Matriz de Achados.
1 – Apresentou parcialmente as utilidades corretas da Matriz de Achados.
2 – Apresentou, de forma completa, as utilidades corretas para a Matriz de Achados.

Quesito 2.2.2

- 0 – Não apresentou corretamente as utilidades da Matriz de Responsabilização.
- 1 – Apresentou parcialmente as utilidades corretas da Matriz de Responsabilização.
- 2 – Apresentou, de forma completa, as utilidades corretas para a Matriz de Responsabilização.

Quesito 2.3.1

- 0 – Não apresentou corretamente nenhum campo de informação da Matriz de Achados.
- 1 – Apresentou corretamente apenas um campo de informação da Matriz de Achados.
- 2 – Apresentou corretamente apenas dois campos de informação da Matriz de Achados.
- 3 – Apresentou corretamente apenas três campos de informação da Matriz de Achados.
- 4 – Apresentou corretamente apenas quatro campos de informação da Matriz de Achados.
- 5 – Apresentou corretamente apenas cinco campos de informação da Matriz de Achados.
- 6 – Apresentou corretamente apenas seis campos de informação da Matriz de Achados.
- 7 – Apresentou corretamente sete ou oito campos de informação da Matriz de Achados.

Quesito 2.3.2

- 0 – Não apresentou corretamente nenhum campo de informação da Matriz de Responsabilização.
- 1 – Apresentou corretamente apenas um campo de informação da Matriz de Responsabilização.
- 2 – Apresentou corretamente apenas dois campos de informação da Matriz de Responsabilização.
- 3 – Apresentou corretamente apenas três campos de informação da Matriz de Responsabilização.
- 4 – Apresentou corretamente apenas quatro campos de informação da Matriz de Responsabilização.
- 5 – Apresentou corretamente apenas cinco campos de informação da Matriz de Responsabilização.
- 6 – Apresentou corretamente apenas seis campos de informação da Matriz de Responsabilização.
- 7 – Apresentou corretamente sete ou mais campos de informação da Matriz de Responsabilização.

PCI Concursos

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

PROVA DISCURSIVA – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA

APLICAÇÃO: 21/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Apresentação e estrutura do relatório

A estrutura formal do relatório de auditoria está prevista no Manual de Redação Oficial do TCDF (2.^a edição), aprovado pela Decisão Administrativa n.º 37/2014. O candidato deverá identificar que se trata de uma auditoria operacional e de conformidade.

De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, a auditoria de conformidade tem por objetivo verificar se um objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios. A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos. Como havia um ponto de monitoramento em aberto na situação hipotética apresentada, trata-se de uma auditoria que conterà monitoramento.

A auditoria operacional, por sua vez, tem por objetivo determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O desempenho é examinado segundo critérios adequados, e as causas de desvios desses critérios ou outros problemas são analisados. Tal auditoria visa responder às questões-chave de auditoria e apresentar proposições para aperfeiçoamento. Como, no caso, a demanda foi de avaliação do desempenho da entidade auditada, não tendo sido específica com relação a demonstrações contábeis, mas, sim, com relação à gestão, trata-se de auditoria classificada como operacional também.

Considerando-se esse contexto, para cumprir a estrutura formal do relatório, o candidato deverá apresentar a seguinte estrutura.

Processo n.º: 753/20x1 — TCDF

Jurisdicionado(a): ABC Socialização

Assunto: Auditoria operacional e de conformidade

Ementa: Atendimento da Decisão n.º 009/20x1 — TCDF, que determina a realização de auditoria operacional e de conformidade.

Ciência ao Governador do DF do presente trabalho. Determinações.

Senhor(a) Diretor(a),

Cuidam os autos da auditoria operacional e de conformidade, realizada na ABC Socialização, no período de 3 de março de 20x2 a 8 de julho de 20x2.

2. (análises e conclusões)

...

5. ...

SUGESTÕES

6. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I – tome conhecimento do resultado da presente auditoria;

II – ... ;

III – ... ;

IV – ... ;

V – autorize a remessa de cópia deste relatório ao jurisdicionado e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), para as providências que entender pertinentes.

À consideração superior,

Brasília – DF, 10 de julho de 20x2
(é importante que a data seja posterior à da realização da auditoria)

Análise dos controles internos

Com base no preconizado pelo COSO, o candidato deve indicar que a entidade auditada descumpriu as normas quanto à segregação de funções (prevenção), comprometendo, assim, o ambiente de controle. A segregação de funções é essencial para a efetividade dos controles internos, por reduzir tanto o risco de erros humanos quanto o risco de ações indesejadas. Contabilidade e conciliação, informação e autorização, custódia e inventário, contratação e pagamento, administração de recursos próprios e de terceiros, normatização (gerenciamento de riscos) e fiscalização (auditoria) devem estar segregadas entre funcionários.

Por outro lado, o candidato pode reforçar, em sua constatação, que o risco de controle foi avaliado com base nos componentes do COSO II, quanto ao ambiente interno, tendo em vista o problema apresentado, a ausência de política clara de gestão de riscos, que, na entidade auditada, está em desacordo com as premissas do COSO II, e a ausência de metodologia própria, fato que já havia sido constatado em auditoria anterior e que estava pendente no monitoramento, tendo permanecido assim na auditoria em tela. Tais fatores impactam diretamente na estrutura de governança da entidade auditada, em razão de infringirem princípios da governança, fato que não pode ser justificado com a quantidade diminuta ou com a ausência de pessoal treinado para atuar nas funções determinadas. Esses fatos podem ser representados por, pelo menos, duas constatações, a saber: a falta de política de gestão de riscos e a falta de segregação de funções.

Análise do contrato de fornecimento de refeições

Da análise do contrato n.º 3.20x1-SG, é importante constar um prejuízo aos cofres públicos em razão do pagamento a maior por quantidade de refeições não fornecidas e a tentativa de fraude de prestação de contas pela apresentação de nota fiscal não registrada no órgão de fazenda pública responsável. Como não foram apresentadas justificativas pelo gestor, houve um pagamento a maior de R\$ 299.300, uma vez que o valor adequado a ser pago era de R\$ 901.550, considerando-se 38 internos, duas refeições de R\$ 18 e uma de R\$ 29, o que totaliza R\$ 65 por dia, por interno; isso resulta no valor de R\$ 901.550 com relação ao período de 365 dias. Como foi liquidado e pago o montante de R\$ 1.200.850, a diferença entre o devido e o pago (R\$ 299.300) será contabilizada como prejuízo ao erário público, devendo ser recolhida aos cofres públicos pelos responsáveis, pelo ordenador de despesas (por terem autorizado o pagamento) e pelos fiscais do contrato (por terem atestado as notas). Além do recolhimento ao erário, tal fato merece como sanção a aplicação de multa na forma do Regimento Interno do TCDF. Não obstante, deve ser destacado o fato de que a NF n. 0B1 (fl. 16), de 2/12/20x1, no valor de R\$ 112.800, não estava declarada nem registrada no órgão de fazenda e, portanto, era falsa. Independentemente de o valor das notas atestadas ter sido maior, cumpre lembrar que apenas esta nota não foi confirmada, e, para fins de prejuízo ao erário comprovado, só podem ser consideradas as já liquidadas e pagas.

Esses fatos podem ser representados pelo candidato por, pelo menos, duas constatações, a saber: prejuízo ao erário e prestação de contas com documentação falsa. Diante das situações de desconformidade observadas na fase de execução, deverão ser apresentadas propostas de encaminhamento que permitam sua regularização. A proposição corresponde à ação demandada do gestor para compatibilizar a conduta aos critérios estipulados e baseia-se na relação de causa e efeito apontada no desenvolvimento do achado. Deve ser elaborada preferencialmente para suprimir as causas do achado de auditoria, podendo estender-se para as desconformidades e eventualmente para os efeitos. A proposta de encaminhamento será citação dos envolvidos, com sugestão de débito e multa.

Conclusões e sugestões

Considerando-se os principais achados da auditoria em tela e as respostas recebidas pela entidade auditada, fica claro, no presente trabalho de auditoria, que existe prejuízo ao erário público no montante de R\$ 299.300, em razão de superfaturamento de refeições, uma vez que o montante correto fornecido foi de R\$ 901.550, considerando-se 38 internos, duas refeições de R\$ 18 e uma de R\$ 29, o que totaliza R\$ 65 por dia, por interno. Não obstante, ainda foi apresentada a NF n.º 0B1 (fl. 16), de 2/12/20x1, no valor de R\$ 112.800, que não estava declarada nem registrada no órgão de fazenda e, portanto, era falsa.

Em razão do prejuízo causado, o candidato deve sugerir devolução dos valores e multa ao ordenador de despesas e aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.

No que diz respeito aos controles internos, dado o grave problema de segregação de funções, o candidato deve recomendar a edição de norma interna que estabeleça os critérios mínimos para assunção das funções e a exoneração imediata do Sr. Paulo das funções incompatíveis entre si. No intuito de fortalecer a estrutura de governança, deve recomendar, ainda, que seja apresentado plano de ação para elaboração e implantação de política e metodologia de gestão de riscos na entidade auditada.

Nas situações em que houver indício ou configuração de irregularidade, alcance ou dano ao patrimônio do DF, é fundamental a identificação dos responsáveis para proposição ao tribunal de citação (no caso débito) ou audiência (no caso de multa). A audiência é cabível quando verificada a ocorrência de irregularidades decorrentes de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial. Contudo, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio público, deve ser proposto ao tribunal que o processo de fiscalização seja convertido em tomada de contas especial, com a citação dos envolvidos. No caso em tela, como se detectou um prejuízo ao erário e se sugere multa, o processo deverá ser convertido em tomada de contas especial. Cumpre registrar que, como não está sendo avaliado o conhecimento sobre a legislação específica de tomada de contas, caso o candidato registre o prejuízo ao erário público, devidamente quantificado, e a sugestão de recolhimento do dano, entende-se como devidamente respondida a questão.

Em suma, as sugestões a serem apresentadas pelo candidato são: promover a conversão da irregularidade apontada no valor de R\$ 299.300, referente ao superfaturamento de refeições no contrato n.º 3.20x1-SG, em tomada de contas especial, a ser tratada em processo apartado, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar n.º 1/1994, bem como a citação dos responsáveis nominados no relatório, para que, no prazo de 30 dias, apresentem alegações de defesa ou recolham o débito ali apontado; determinar que a unidade jurisdicionada promova a exoneração do Sr. Paulo das funções incompatíveis entre si; e recomendar à unidade jurisdicionada que apresente plano de ação para elaboração e implantação de política e metodologia de gestão de riscos no prazo de 90 dias.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1.1

0 – Não apresentou nenhum dos seguintes elementos do conjunto das expressões de apresentação do relatório (número do processo, identificação do jurisdicionado, assunto e ementa).

- 1 – Apresentou corretamente apenas um dos elementos do conjunto.
- 2 – Apresentou corretamente apenas dois dos elementos do conjunto.
- 3 – Apresentou corretamente apenas três dos elementos do conjunto.
- 4 – Apresentou corretamente todos os elementos do conjunto.

Quesito 2.1.2

0 – Não apresentou nenhum dos seguintes elementos formais da estrutura do relatório: vocativo, fecho, local e data.

- 1 – Apresentou corretamente apenas um dos elementos formais.
- 2 – Apresentou corretamente apenas dois dos elementos formais.
- 3 – Apresentou corretamente apenas três dos elementos formais.
- 4 – Apresentou corretamente todos os elementos formais.

Quesito 2.2

0 – Não tratou de nenhum problema de controle interno da entidade auditada (falta de segregação de funções e falta de política e metodologia de gestão de riscos).

- 1 – Tratou apenas de um dos problemas de controle interno, sem correlacioná-lo aos conceitos do COSO.
- 2 – Tratou apenas de um dos problemas de controle interno, fazendo uma correlação parcial aos conceitos do COSO.
- 3 – Tratou dos dois problemas de controle interno, sem correlacioná-los aos conceitos previstos no COSO.
- 4 – Tratou dos dois problemas de controle interno, correlacionando-os parcialmente aos conceitos previstos no COSO.
- 5 – Tratou dos dois problemas de controle interno, correlacionando-os, de forma completa, aos conceitos previstos no COSO.

Quesito 2.3

0 – Não tratou de nenhum dos problemas do contrato de refeições (prejuízo ao erário e nota fiscal falsa).

- 1 – Limitou-se a mencionar o(s) problema(s) do contrato de refeições, sem desenvolver a análise.
- 2 – Desenvolveu, de forma incompleta, análise de apenas de um dos problemas do contrato de refeições.
- 3 – Desenvolveu, de forma completa, análise de apenas de um dos problemas do contrato de refeições.
- 4 – Desenvolveu, de forma incompleta, análise dos dois problemas do contrato de refeições.
- 5 – Desenvolveu, de forma completa, análise dos dois problemas do contrato de refeições, referenciando adequadamente as evidências e quantificando adequadamente o valor do prejuízo ao erário.

Quesito 2.4.1

0 – Não apresentou nenhuma conclusão a respeito dos problemas encontrados na auditoria: prejuízo ao erário de R\$ 299.300; apresentação de nota fiscal falsa; acúmulo de funções incompatíveis entre si; ausência de política e metodologia de gestão de riscos.

- 1 – Apresentou conclusão correta a respeito de apenas um dos problemas encontrados na auditoria.
- 2 – Apresentou conclusão correta a respeito de apenas dois dos problemas encontrados na auditoria.
- 3 – Apresentou conclusão correta a respeito de apenas três dos problemas encontrados na auditoria.
- 4 – Apresentou conclusão correta a respeito de todos os problemas encontrados na auditoria.

Quesito 2.4.2

0 – Não apresentou nenhuma sugestão para os problemas encontrados na auditoria: conversão do processo em tomada de contas especial; citação dos responsáveis; exoneração do Sr. Paulo; elaboração e implantação de política e metodologia de gestão de riscos.

- 1 – Apresentou sugestão adequada para apenas um dos problemas encontrados na auditoria.
- 2 – Apresentou sugestão adequada para apenas dois dos problemas encontrados na auditoria.
- 3 – Apresentou sugestão adequada para apenas três dos problemas encontrados na auditoria.
- 4 – Apresentou sugestão adequada para todos os problemas encontrados na auditoria.

TCDF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 2021

TARDE

CADERNO DE PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados no seu Caderno de Textos Definitivos da Prova Discursiva. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se este caderno contém duas questões e uma proposta para elaboração de uma peça de natureza técnica, acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de prova mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de prova.
- 3** Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos da prova discursiva.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos da prova discursiva para o **Caderno de Textos Definitivos**.
- 5** Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de prova mais próximo(a), devolva-lhe o seu **Caderno de Textos Definitivos** e deixe o local de prova.
- 6** Durante a realização da prova, não destaque nenhuma folha deste caderno.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no **Caderno de Textos Definitivos** implicará a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais:

0(X) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor**. A presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na peça de natureza técnica, esses valores corresponderão a **30,00 pontos** e **1,50 ponto**, respectivamente.

PRIMEIRA PARTE – QUESTÃO 1

A NBC T 16.11, que versa sobre o Sistema de Informação de Custos do Setor Público, estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público. Todo gasto público supõe um custo monetário para o governo, e o conceito econômico do custo de uma atividade não se limita ao que é pago por ela, pois inclui tudo o que se deixa de obter por se ter canalizado recursos para determinada atividade em detrimento de outra.

Ao decidir pela construção ou locação de um imóvel para abrigar temporariamente uma unidade de prestação de serviços ao público, por exemplo, o gestor público deve considerar o resultado econômico para tomar a melhor decisão. Usualmente, existem gastos que podem ser associados diretamente à construção, mas talvez a maior dificuldade esteja em definir os critérios para os demais gastos que incidem de forma indireta em um evento como esse.

Considerando que o texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto a respeito da definição, no setor público, dos custos envolvidos na decisão de construir em vez de alugar um imóvel, conforme os conceitos e as diretrizes da NBC T 16.11. Ao elaborar seu texto, discorra, necessariamente, acerca dos seguintes aspectos:

- 1 os elementos nos quais se apoia o Sistema de Informação de Custos do Setor Público; [valor: 2,50 pontos]
- 2 dois atributos da informação de custos a serem considerados na decisão em questão; [valor: 4,00 pontos]
- 3 a apuração do resultado econômico nesse caso [valor: 1,00 ponto], com exemplos de dois custos diretos [valor: 1,00 ponto] e dois custos indiretos [valor: 1,00 ponto].

PRIMEIRA PARTE – QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PCI Concursos

PRIMEIRA PARTE – QUESTÃO 2

Durante a execução de auditoria governamental, há, entre outros aspectos, a produção de dois documentos importantes: a Matriz de Achados e a Matriz de Responsabilização. Acerca desses documentos, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual é a conceituação da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização? [**valor: 2,50 pontos**]
- 2 Quais as utilidades para o auditor governamental da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização? [**valor: 3,50 pontos**]
- 3 Quais campos de informação devem compor a Matriz de Achados e a Matriz de Responsabilização? [**valor: 3,50 pontos**]

PCI Concursos

PRIMEIRA PARTE – QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PCI Concursos

SEGUNDA PARTE – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA

Em determinada auditoria do TCDF, realizada no exercício de 20x2, para dar cumprimento a um monitoramento e avaliar o desempenho da unidade jurisdicionada ABC Socialização, foram identificados os seguintes achados, que constam no Processo n.º 753/20x1 – TCDF, Decisão n.º 009/20x1 – TCDF.

- Em razão da exoneração do Sr. João em 1/1/20x1 (fls. 45-47), chefe do setor de patrimônio e almoxarifado, o Sr. Paulo, chefe do setor de licitações e contratos, que acumulava também a chefia dos setores de contabilidade e financeiro, foi nomeado para a chefia daquele setor de patrimônio e almoxarifado, pela Portaria n.º 1/20x1 – SG (fl. 48), publicada no Diário Oficial de 2/1/20x1. O Sr. Paulo ficou responsável pelas referidas chefias durante todo o exercício de 20x1.
- Foi realizada a contratação de refeições prontas para os internos da referida unidade, para o período de 1/1/20x1 a 31/12/20x1, conforme o contrato n.º 3/20x1 – SG (fls. 77-89). Os preços contratados por refeição foram de R\$ 18, no caso de café da manhã e jantar, e de R\$ 29, no caso de almoço. Na entidade auditada, estavam registrados 38 internos durante todo o exercício de 20x1, conforme registros em fichas de entrada e saída do período (fls. 93-117). A nota de empenho n.º 324/20x1 (fl. 388), de 5/1/20x1, foi no valor de R\$ 1.303.780, referente ao consumo de refeições previsto no exercício, tendo sido liquidado e pago ao final do exercício o valor de R\$ 1.200.850 (fls. 389-405). As notas fiscais acostadas ao processo (fls. 406-430) somaram o montante de R\$ 1.543.950, tendo sido devidamente atestadas pelos fiscais do contrato.
- Na entidade, estava em aberto item em monitoramento da auditoria anterior, que havia recomendado a implementação de política e metodologia de gestão de riscos. Não foi apresentada nenhuma evidência de atendimento dessa recomendação de auditoria.

Em resposta à nota de auditoria n.º 1/20x2 da equipe de auditoria (fls. 05-06), a entidade auditada informou que não existiam normativos com os requisitos específicos para ocupação das chefias dos setores de contabilidade, financeiro, licitações e contratos, patrimônio e almoxarifado. Informou, ainda, que a acumulação de funções ocorreu em razão da falta de pessoal especializado e da não realização de concurso público para renovação dos quadros da entidade, que possuía reduzido contingente de pessoal havia mais de 10 anos. A auditada informou que havia feito 8 pedidos de realização de concursos para essa finalidade (fls. 455-488), mas que tais pedidos foram negados pela administração central, por falta de orçamento e limite para despesa de pessoal.

Em resposta (fls. 11-16) à nota de auditoria n.º 2/20x2 da equipe de auditoria (fls. 07-08), não foram apresentadas justificativas para a divergência de valores de empenho, liquidação, pagamento e notas fiscais atestadas. Além disso, não foi apresentada justificativa para notas atestadas a maior pelos fiscais. Em circularização na data de 5/6/20x2 (fls. 11-15), junto ao órgão de fazenda pública, verificou-se, a partir das notas fiscais apresentadas, que a nota fiscal n.º 0B1 (fl. 16), de 2/12/20x1, no valor de R\$ 112.800, não estava declarada nem registrada naquele órgão. Também não foi apresentada justificativa para este último fato.

Em entrevista, todos os internos residentes da entidade auditada informaram que receberam da entidade três refeições ao dia, durante os 365 dias do exercício (fls. 322-359).

Em resposta (fls. 17-18) à nota de auditoria n.º 3/20x2 da equipe de auditoria (fls. 09-10), foi informado pela auditada que o item de monitoramento não havia sido atendido em razão da falta de pessoal especializado e da não realização de concurso público para renovação dos quadros da entidade, que possuía reduzido contingente de pessoal havia mais de 10 anos.

Todos os fatos e documentos mencionados anteriormente constam do Processo n.º 753/20x1 – TCDF. A auditoria foi realizada no período de 3/3/20x2 a 8/7/20x2.

Com base na situação hipotética apresentada anteriormente, redija, nos termos do Manual de Redação Oficial do TCDF (2.ª edição), aprovado pela Decisão Administrativa n.º 37/2014, um relatório de auditoria a respeito dos achados apresentados. Ao elaborar seu relatório, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

- 1 Atenda à apresentação e à estrutura de um relatório de auditoria do TCDF. **[valor: 5,00 pontos]**
- 2 Faça a análise dos controles internos constatados na entidade auditada, à luz da governança no setor público, do COSO I e do COSO II – ERM (Enterprise Risk Management), **[valor: 8,00 pontos]** e a análise do contrato de fornecimento de refeições **[valor: 8,00 pontos]**.
- 3 Apresente as conclusões e sugestões do relatório. **[valor: 7,50 pontos]**

SEGUNDA PARTE – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA – RASCUNHO 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PCI Concursos

SEGUNDA PARTE – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA – RASCUNHO 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

PCI Concursos

TCDF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 2021

MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

 **Cebraspe**
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

www.pciconcursos.com.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1

1 Viver em uma cidade ou no campo tem diferenças bem definidas em várias áreas, como mercado de trabalho, opções de lazer e transporte. Mas o que um novo estudo descobriu é que o ambiente em que você cresce também tem influência nas suas habilidades de localização — e esse efeito varia de país para país.

7 Na pesquisa, os estudiosos analisaram dados de um jogo de celular para aferir a habilidade de navegação espacial das pessoas. No *game*, os jogadores controlam um barco e têm que memorizar um mapa do mar onde há certos locais marcados. Eles então têm que seguir o caminho guiados apenas pela memória, passando pelos objetivos invisíveis antes de cruzar a linha de chegada. A pesquisa envolveu mais de 440 mil pessoas de 38 países.

16 Além da jogatina, os pesquisadores também aplicaram questionários e coletaram dados sobre os participantes, como idade, gênero, nível educacional e local de origem. Os resultados mostraram que pessoas que haviam crescido em cidades erravam muito mais no *game*, enquanto quem era de áreas rurais ou vilarejos tinha uma taxa de acerto maior. E isso se manteve independentemente de correções de outros fatores, como idade ou gênero. Estudos anteriores da mesma equipe mostraram que há correlação entre as habilidades de navegação das pessoas no jogo e na vida real — como se localizar em uma cidade, por exemplo.

28 A diferença entre moradores urbanos e rurais foi maior nos Estados Unidos da América, onde as cidades costumam ter formato de grade (com ruas paralelas e perpendiculares). Já na Europa, onde as cidades são mais irregulares, a diferença entre pessoas oriundas de zonas urbanas e pessoas vindas de zonas rurais foi menor.

34 O estudo não estabeleceu os motivos por trás do resultado, mas dá para teorizar. Embora as cidades possam passar a impressão de serem mais confusas e caóticas do que as tranquilas zonas rurais, elas estão cheias de elementos e recursos de localização (placas, nomes de ruas, normas de trânsito etc.). Também oferecem meios de transporte, como ônibus ou metrô, em que você não precisa memorizar o caminho — somente os pontos inicial e final. Talvez tudo isso, a longo prazo, acabe prejudicando o desenvolvimento da capacidade de se orientar. Já em áreas rurais ou vilarejos, sem essas ajudas, o jeito é aprender na marra mesmo.

Bruno Carbinatto. *Pessoas que crescem em cidades têm senso de direção pior*. In: *Revista Superinteressante*, fev./2020. Internet: <<https://super.abril.com.br>> (com adaptações).

Com relação às ideias e à tipologia do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que fatores como idade e gênero têm impacto semelhante ao impacto do local de habitação no que se refere à medida das habilidades de localização das pessoas.

- 2 De acordo com o texto, os meios de transporte e o aparato de sinalização urbana podem debilitar o desenvolvimento de um senso de orientação espacial mais acurado.

- 3 Infere-se dos dois últimos parágrafos do texto que, quanto mais organizado o formato de uma cidade, piores serão as habilidades de navegação de seus habitantes.

- 4 Sendo uma reportagem de divulgação científica, o texto apresenta uma estrutura tipológica essencialmente argumentativa.

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 5 O pronome “Eles” (l.11) retoma “estudiosos” (l.7).
- 6 A expressão “esse efeito” (l.5) faz referência à relação entre local de moradia e habilidade de localização, estabelecida anteriormente.
- 7 No texto, o sentido de “teorizar” (l.33) é equivalente a **criar hipóteses**.
- 8 No último período do texto, a expressão “o jeito é aprender na marra” (l.42) estabelece a ideia de que as pessoas que moram em áreas rurais ou vilarejos aprendem a se orientar enfrentando com coragem as circunstâncias difíceis.

Texto CB1A2

O mundo urbano já abriga mais da metade da população do planeta, e os processos de urbanização espalham globalmente, mas de forma desigual, tanto os benefícios quanto as crises da ocupação urbana do espaço. Com isso, o planejamento urbano e a gestão das cidades e áreas metropolitanas vêm sendo inseridos em discussões na busca de alternativas para a urbanização e para o desenvolvimento urbano, a fim de mitigar os impactos nocivos e adaptar o ordenamento territorial e a distribuição socioespacial das cidades às condições de ambiente e clima locais e regionais. O movimento de (re)pensar o planejamento das cidades para que se obtenha um modelo em que o desenvolvimento urbano possa ser mais social e ambientalmente sustentável passará a ser essencial daqui a alguns anos, considerando-se tanto as desigualdades que esses processos carregam em si quanto os problemas ambientais e climáticos desencadeados por eles.

Por um lado, uma parcela da população urbana usufrui dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto que a vida urbana e sua produção econômica disponibilizam; por outro lado, grande parte do mundo sofre com as consequências socioeconômicas das políticas econômicas e de expansão de mercados, que promovem exclusão, desigualdade e vulnerabilidade no mercado de trabalho e na gestão e no planejamento urbanos. As cidades, sejam elas grandes aglomerados, como metrópoles, ou pequenas comunidades, enquanto aglomerações urbanas, são permeadas, em diversos níveis, por questões de desigualdade socioeconômica e questões que envolvem uma mudança de discurso para melhorar as condições ambientais, como propostas de consumo consciente e saneamento básico: o meio urbano e o padrão do desenvolvimento urbano são um desafio quando se considera promover mudanças nos padrões insustentáveis de consumo.

Ana Célia Baía Araújo e Zoraide Souza Pessoa. **O desafio das cidades sustentáveis: prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano.** Internet: <<http://anpur.org.br>> (com adaptações).

Considerando as ideias do texto CB1A2, julgue os itens a seguir.

- 9 De acordo com o texto, há uma tendência de discussões com vistas a minorar impactos negativos das ocupações urbanas e promover adaptabilidade do ordenamento territorial e da distribuição socioespacial das cidades às suas condições regionais.
- 10 Depreende-se do texto que planejamento das cidades e sustentabilidade social e ambiental são aspectos que deverão ser pensados separadamente.
- 11 Segundo o texto, os padrões de consumo promovidos pelas aglomerações urbanas são irreversíveis, o que justifica a necessidade de se repensar o planejamento das cidades.

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB1A2, julgue os próximos itens.

- 12 A forma verbal “vêm” (ℓ.6) é acentuada devido à concordância que estabelece com o termo “o planejamento urbano e a gestão das cidades e áreas metropolitanas” (ℓ. 4 a 6).
- 13 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o trecho “uma parcela da população urbana usufrui dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto que a vida urbana e sua produção econômica disponibilizam” (ℓ. 17 a 19) poderia ser reescrito da seguinte forma: uma parcela da população urbana usufrui dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto disponibilizados pela vida urbana e pela produção econômica deles.
- 14 A correção gramatical do texto seria mantida caso se inserisse o acento indicativo de crase no vocábulo “a” presente no trecho “daqui a alguns anos” (ℓ.14), visto que o emprego desse sinal é optativo nesse caso.
- 15 O emprego de vírgulas para isolar o trecho “enquanto aglomerações urbanas” (ℓ.26) justifica-se pela natureza explicativa desse trecho dentro do período.

Considerando aspectos relevantes acerca do Distrito Federal, desde distintos contextos históricos à realidade atual, julgue os itens seguintes.

- 16 A ideia de transferência da capital brasileira para o interior do país é antiga: no contexto da Independência, um importante argumento para essa mudança era o da segurança ante a possibilidade de ataque vindo pelo mar. Na República, no governo de Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 50 do século XX, prevalecia a defesa da interiorização do desenvolvimento, incorporando-se aos centros dinâmicos da economia nacional extensas regiões até então relegadas a um plano secundário.
- 17 A ocupação das áreas vizinhas à nova capital, inaugurada em 1960, em larga medida acompanhou a experiência de planejamento urbano que presidiu a construção de Brasília. Daí a facilidade de implantação da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), que minimiza ao extremo as pressões por emprego e por serviços essenciais das populações do Entorno sobre o Distrito Federal.

No que se refere a diversos aspectos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

- 18 As sedes de antigas fazendas e os setores tradicionais dos assentamentos vernaculares do DF, como Planaltina e Brazlândia, são exemplos da identidade de uso e ocupação do solo e da morfologia arquitetônica das cidades do Planalto Central anteriores à construção da cidade de Brasília — à época da construção da nova capital, essas cidades de pequeno porte eram centros de apoio ao meio rural goiano.
- 19 Os congestionamentos, as deficiências do transporte público, os longos períodos de tempo gastos nos deslocamentos e as distâncias entre os municípios do Entorno e as Regiões Administrativas do DF geram uma deseconomia de escala relacionada ao transporte de massa público e privado na RIDE-DF.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 20 A remuneração do auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal não poderá exceder, em espécie, o subsídio mensal do chefe do Poder Executivo.
- 21 Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal que praticar crime de homicídio para assegurar a sua impunidade na prática do crime de estelionato será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

A respeito da tributação, do orçamento e da ordem econômica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 22 Se o governo do Distrito Federal pretender majorar tributo de sua competência, faltando sessenta dias para o encerramento do exercício financeiro, ele dependerá, necessariamente, de autorização na lei de diretrizes orçamentárias para encaminhar projeto de lei à Câmara Legislativa com a respectiva pretensão.
- 23 O turismo é fator que possibilita o desenvolvimento socioeconômico e a afirmação de valores culturais nacionais e locais, cabendo ao Distrito Federal desenvolver efetiva infraestrutura turística para promoção, no Brasil e no exterior, do turismo distrital.

A respeito de atos administrativos, dos princípios administrativos, do processo administrativo e dos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 24 Por meio da licença, ato unilateral e vinculado, a administração faculta aos interessados o exercício de determinada atividade.
- 25 Dado o princípio da confiança, caso verificada legítima expectativa do administrado, pode haver a manutenção de atos administrativos antijurídicos.
- 26 Segundo entendimento do STJ, o ato de instauração válido do processo administrativo disciplinar constitui o marco inicial da contagem do prazo prescricional.
- 27 O ato regulamentar poderá impor obrigações e direitos, desde que estes não sejam contrários à lei que tiver ensejado a sua prática.

A respeito de serviços públicos, improbidade administrativa, acesso a informação, e licitações e contratos, julgue os itens que se seguem.

- 28 Pessoa física que elabore projeto básico ou executivo para licitação de órgão público poderá participar do mesmo certame licitatório se não for servidor da administração pública envolvida.
- 29 Em um contrato de concessão pública, o poder concedente poderá autorizar que os financiadores e garantidores da concessionária assumam temporariamente o controle da administração, o que lhes permite indicar membros dos conselhos de administração e fiscal e, também, exercer poder de veto de proposta submetida à votação dos acionistas ou quotistas da concessionária.
- 30 **Situação hipotética:** Órgão público transferiu recurso público para entidade privada, para prestação de serviço de saúde, sem que fosse previamente celebrado contrato, convênio ou qualquer instrumento congênere, conforme prevê a legislação. **Assertiva:** Nesse caso, o ato enquadra-se como improbidade administrativa, tenha ele sido cometido com dolo ou culpa.
- 31 Jovem de quinze anos de idade que apresente ao TCDF pedido de acesso a informação independe de representação dos seus pais ou responsáveis para que seja atendido.

A respeito dos princípios fundamentais, de emenda constitucional, do direito ao sigilo e da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 32 Consoante dispositivo constitucional, compete ao STF o processamento de julgamento de descumprimento de tratado de extradição, por ser matéria que ofende a soberania externa.
- 33 É inconstitucional regulamentação de regime jurídico de servidores militares estaduais por emenda constitucional de origem parlamentar.
- 34 É constitucional tribunal de contas determinar, nos processos de sua competência, a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil.
- 35 O Distrito Federal, regido por lei orgânica aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, possui as competências legislativas reservadas tanto aos estados da Federação quanto aos municípios.

Com relação ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue os itens seguintes.

- 36 Partido político que tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade na execução de programa governamental que envolva recurso público federal será parte legítima para denunciar esse fato ao Tribunal de Contas da União.
- 37 Comissão parlamentar de inquérito que concluir pela existência de indício de crime cometido pelo investigado deverá, pelo respectivo procurador judicial, promover, perante o Poder Judiciário, a responsabilidade criminal do infrator.
- 38 Membro de tribunal de contas estadual que, no exercício da sua função, cometer ato previsto como crime comum deverá ser processado e julgado originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 39 O Ministério Público de Contas da União é o órgão integrante do Ministério Público da União que atua na busca da responsabilidade civil dos que fraudarem o emprego de recursos públicos.

A respeito de personalidade jurídica, direitos da personalidade e capacidade, julgue os itens seguintes, de acordo com as disposições do Código Civil e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 40 A alteração da finalidade originalmente prevista no contrato social de sociedade limitada caracteriza, por si só, desvio de finalidade apto a justificar a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de inadimplemento contratual que prejudique terceiros.
- 41 A caracterização de ilícito civil decorrente da exposição não autorizada do nome da pessoa em publicação que a sujeite ao desprezo público independe da comprovação de existência de intenção difamatória.
- 42 Nos contratos internacionais, a obrigação decorrente do contrato é considerada como constituída no lugar onde residir o oblato, conforme regra prevista na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 43 De acordo com o Código Civil, a emancipação voluntária do menor, por concessão de ambos os pais, será feita por instrumento público, independentemente de reconhecimento judicial para produzir efeitos.

A respeito do negócio jurídico, da prescrição, da prova do fato jurídico e de contratos civis, julgue os próximos itens.

- 44 Nas declarações de vontade, importa mais a vontade real do que a declarada, prevalecendo a teoria da confiança.
- 45 A pretensão deduzida em ação baseada na garantia da evicção decorrente de inadimplemento contratual submete-se ao prazo prescricional geral.
- 46 O engano do declarante quanto ao objeto do negócio jurídico que deu ensejo à propositura da ação enseja a anulabilidade da confissão.
- 47 Considere que Pedro tenha sido designado mandatário em um contrato regulado pelo Código Civil e que, nesse contrato, haja uma cláusula segundo a qual Pedro assume a obrigação de não renunciar ao mandato. Nessa situação, a cláusula que define a obrigação de não renunciar ao mandato é nula.

Julgue os itens a seguir, referentes aos princípios constitucionais e às diversas espécies de atos judiciais existentes no processo civil.

- 48 O Código de Processo Civil dispensa a oportunidade de manifestação prévia das partes caso o juiz decida extinguir o processo sem resolução do mérito em decorrência de relevante vício de ordem processual resultante de questão que não tenha sido objeto de contraditório prévio.
- 49 De acordo com o princípio do juiz natural, o magistrado que presidir a instrução do processo deve obrigatoriamente prolatar sentença, salvo se estiver licenciado ou afastado por motivo legítimo.
- 50 Em primeiro grau, o mérito do processo civil pode ser examinado, de forma parcial e definitiva, em decisão interlocutória.

A respeito de mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- 51 Pode o STJ, em ação popular, declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da norma atacada, se a controvérsia constitucional for a causa de pedir.
- 52 De acordo com o STF, é lícito ao Poder Judiciário, em situações excepcionais, determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais.
- 53 Depois de prestadas as informações e emitido parecer pelo Ministério Público, a desistência do mandado de segurança depende de manifestação da autoridade coatora.

No tocante à disciplina do direito penal, julgue os itens a seguir.

- 54 Para a *abolitio criminis*, não basta a revogação formal da lei penal anterior, impondo-se, para a sua caracterização, o fato de que o mesmo conteúdo normativo não tenha sido preservado nem deslocado para outro dispositivo legal.
- 55 Incidindo o agente em erro sobre a proibição de sua conduta pelo ordenamento jurídico, sem consciência da ilicitude, seu comportamento estará isento de pena, em razão de uma excludente de punibilidade.
- 56 Segundo a classificação doutrinária dominante, os ofendículos, desde que instalados com moderação, caracterizam situação de exclusão de antijuridicidade.

Acerca de crimes contra a fé pública e contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 57 Agente público que assina, em nome de subordinado, documento publicado em Diário Oficial comete crime de falsidade ideológica.
- 58 Governador de estado que exige acesso direto a conteúdo de inquéritos policiais sigilosos para proveito próprio não comete qualquer crime contra a administração pública.

No que se refere aos crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993, julgue o próximo item.

- 59 Agente público que deixa de observar formalidades pertinentes a inexigibilidade a licitação somente comete crime se a inexigibilidade for ilegal.

Uma amostra aleatória simples, sem reposição, de tamanho 100, será retirada de uma população constituída por 1.000 indivíduos, com o objetivo de se estimar a média μ das idades desses 1.000 indivíduos. Essa amostra é representada por um conjunto de variáveis aleatórias X_1, \dots, X_{100} , e o estimador da média populacional μ é dado pela seguinte expressão.

$$\bar{X} = \sum_{i=1}^{100} X_i / 100.$$

Tendo como referência essa situação hipotética, e considerando que o desvio padrão populacional da distribuição das idades seja igual a 2 anos, julgue os itens que se seguem.

- 60 No plano amostral em questão, as variáveis aleatórias X_1, \dots, X_{100} são independentes.
- 61 A variância do estimador \bar{X} é inferior a 0,04.
- 62 Se, no plano amostral em apreço, (x_1, \dots, x_{100}) representa uma possível realização de X_1, \dots, X_{100} e se $P(X_1 = x_1, \dots, X_{100} = x_{100})$ denota sua probabilidade de ocorrência, é correto afirmar que $P(X_1 = x_1, \dots, X_{100} = x_{100}) = 0,1$.

Considerando que P e Q sejam, respectivamente, as proposições “Ausência de evidência de um crime não é evidência da ausência do crime.” e “Se não há evidência, não há crime.”, julgue os itens a seguir.

- 63 A negação da proposição P pode ser corretamente expressa por “Presença de evidência de um crime é evidência da presença do crime.”.
- 64 A negação da proposição Q pode ser corretamente expressa por “Não há evidência, mas há crime.”.
- 65 Embora tenham naturezas distintas quanto à composição, uma vez que P é uma proposição simples e Q é uma proposição composta, é correto afirmar que, no campo semântico, essas duas proposições expressam a mesma ideia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos sistemas de controle na administração pública brasileira, julgue os seguintes itens.

- 66 Considere que o sindicato dos professores de determinado município tenha tomado conhecimento de irregularidades na aplicação de recursos públicos estaduais destinados à ampliação de um hospital público municipal. Nessa situação, o sindicato é parte legítima para apresentar denúncia acerca desse fato ao tribunal de contas do estado.
- 67 Comissão técnica do Tribunal de Contas da União não pode realizar auditoria de natureza contábil e financeira em unidade administrativa do Poder Judiciário, visto que tal prática violaria o princípio da independência entre os poderes.
- 68 Considere que, durante a apreciação dos atos de admissão de pessoal de uma entidade pública, o tribunal de contas estadual não tenha analisado as nomeações para os cargos de provimento em comissão. Nessa situação, constitui falha do tribunal de contas deixar de analisar as citadas nomeações.
- 69 Considere que um cidadão de 33 anos de idade, brasileiro, advogado, com mais de doze anos de efetiva atividade profissional, gozando de idoneidade moral e reputação ilibada, e com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis e de administração pública, tenha sido cogitado para vaga de ministro do Tribunal de Contas da União. Nessa situação, ele cumpre os requisitos necessários à investidura no cargo.

Com relação às competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e à fiscalização exercida por esse órgão, julgue os itens seguintes.

- 70 As representações recebidas pelo TCDF restringem-se às ilegalidades e irregularidades verificadas nos órgãos e nas entidades sujeitos à sua jurisdição.
- 71 Compete ao TCDF avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual do governo do Distrito Federal.
- 72 O monitoramento dos cumprimentos das deliberações do TCDF deve obedecer ao plano de fiscalização elaborado pela presidência desse tribunal, em consulta com os relatores, e aprovado pelo plenário.
- 73 As contas serão julgadas regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, entre outros critérios, a economicidade dos atos de gestão do responsável.

Com base na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCDF, julgue os itens a seguir.

- 74 O TCDF, quando acionado judicialmente, é representado em juízo pelo procurador-geral do Distrito Federal, sendo vedada a contratação de serviço técnico profissional para essa finalidade.
- 75 Em uma tomada de prestação de contas, caso constata-se em que haja falta de natureza formal que tenha resultado em dano ao erário, o TCDF poderá julgar tal conta como regular com ressalva.
- 76 Em um processo em trâmite no TCDF, se uma das partes interpor embargos de declaração, ela poderá, quando da apreciação dos embargos em juízo, realizar sustentação oral, mas sem acréscimos nas razões ou apresentação de documentos novos, sendo permitido o oferecimento de memoriais.
- 77 Os conselheiros do TCDF são escolhidos ou aprovados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- 78 É vedado aos auditores do TCDF o exercício de funções ou comissões nas secretarias desse tribunal.

A respeito das técnicas, dos procedimentos e dos objetivos da auditoria interna no contexto da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 79 Não cabe à auditoria interna avaliar a eficiência da administração pública.
- 80 A fiscalização é uma técnica de controle mais simples do que a auditoria e busca comprovar, entre outros aspectos, se os programas de governo correspondem às especificações estabelecidas.
- 81 Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, à exatidão e à validação dos dados produzidos pelos sistemas contábeis e administrativos da entidade.
- 82 Faz parte da técnica da auditoria o cotejamento de informações obtidas de fontes independentes.

Quanto a controles internos e auditoria baseada em risco, julgue os itens a seguir.

- 83 A atuação da auditoria no ambiente de controle e gestão de riscos surgiu a partir das recomendações do COSO II.
- 84 Publicado em 2004, o COSO II substituiu o COSO I como guia de melhores práticas na gestão de riscos e controles internos.

Considerando as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), julgue os itens a seguir.

- 85 Os princípios fundamentais da auditoria no nível 3 foram elaborados a partir da Declaração de Lima, segundo a qual democracia e Estado de direito são premissas essenciais para uma auditoria independente.
- 86 Nas auditorias financeiras, é o auditor quem mensura e avalia o objeto de acordo com os critérios de risco e materialidade.
- 87 Para conferir objetividade aos trabalhos de auditoria, a materialidade deve ser um critério exclusivamente quantitativo.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca do planejamento de auditoria, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 88 Raul, analista de controle externo de tribunal de contas, ao auditar determinada entidade governamental, manifestou preocupação de não haver um bom sistema de controle interno que prevenisse ou detectasse, em tempo hábil, erros ou irregularidades relevantes. Nessa situação, a preocupação manifestada pelo servidor se refere ao risco de controle.
- 89 Carlos, chefe de auditoria interna de órgão público, visando ao saneamento documental, excluiu da documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis. Nessa situação, o servidor agiu acertadamente.
- 90 Pedro, auditor governamental, ao elaborar a Matriz de Planejamento, debruçou-se sobre algumas características dos critérios de auditoria: atingíveis, factíveis, sob pena de se tornarem inócuos e não se prestarem aos fins do seu trabalho. Nessa situação, as características dos critérios em que o servidor trabalhava eram as de utilidade.

Com relação à execução de auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 91 A revisão analítica consiste na realização de análises comparativas e envolve, entre outros, o emprego de indicadores de desempenho. Seu objetivo é avaliar o comportamento de valores significativos, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.
- 92 Os testes de observância dividem-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
- 93 Conciliação é o conjunto de procedimentos técnicos utilizados para comparar uma amostra do universo com as mesmas fontes de informação internas.

No que se refere a monitoramento, supervisão e controle de qualidade da auditoria governamental, julgue os itens subsequentes.

- 94 A avaliação de uma situação reportada pelo profissional de auditoria governamental desacompanhada de ação corretiva será considerada ineficaz.
- 95 A supervisão inicia-se na fase de execução e é finalizada após a conclusão dos exames e a emissão do relatório, sendo responsável pelo posterior monitoramento das recomendações contidas no relatório.
- 96 O programa de controle de qualidade do Tribunal de Contas deve ser estabelecido de acordo com a estrutura de sua equipe técnica e com a complexidade dos serviços que realizar, inclusive no caso de auditoria individual.

As tabelas a seguir, extraídas de projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2021, apresentam, respectivamente, a distribuição do orçamento por esfera orçamentária e a distribuição do fundo constitucional do Distrito Federal.

Tabela 1A16-I

esfera	valor (em reais)
fiscal	17.906.421.036
seguridade	8.997.021.291
investimentos das empresas estatais	1.512.982.019
total	28.416.424.346

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Tabela 1A16-II

área	valor (em reais)	%
segurança pública	8.346.317.628	52,92
saúde	4.081.820.588	25,88
educação	3.343.282.028	21,20
total	15.771.420.244	100

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 97 De acordo com o princípio da universalidade do orçamento, o montante da receita estimada para o orçamento de 2021 do Distrito Federal será de R\$ 15.771.420.244.
- 98 Após serem elaborados, projetos de lei orçamentária como o mencionado devem ser enviados à Câmara Legislativa do Distrito Federal, iniciando-se, com isso, a fase de apreciação legislativa do ciclo orçamentário.

A execução orçamentária, financeira e contábil dos órgãos e das entidades da administração direta do GDF é efetivada por meio de um sistema informatizado. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

- 99 A programação e a execução orçamentária e financeira do governo do Distrito Federal são processadas por meio do Sistema de Administração Financeira do Distrito Federal (SIAFI/DF).

A lei orçamentária anual (LOA) de 2020 de determinado estado da Federação, em sua dotação inicial, não havia considerado qualquer recurso para ser utilizado para a aquisição de testes rápidos para detecção de covid-19. Em fevereiro de 2020, contudo, o referido estado autorizou, por meio de créditos adicionais, grande montante de recursos para a aquisição de testes rápidos e para outras despesas relacionadas à calamidade pública causada pela referida doença.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, com base na legislação vigente.

- 100 Considerando-se a inexistência de créditos ordinários na LOA de 2020 e a situação de calamidade pública, os referidos créditos adicionais devem ser classificados como extraordinários.

O modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compõe-se de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a LOA. Quanto a esse assunto, julgue o item subsequente.

- 101 Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o de orçamento anual e, quando for o caso, o de plano plurianual devem ser apresentados na mesma data ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

- 102 O ingresso de recursos referentes à concessão de um serviço público deve ser classificado como uma receita corrente de serviços.
- 103 Na compra de um equipamento hospitalar importado, a saída de recursos referentes à variação cambial ocorrida entre a data do empenho e a data do pagamento deve ser classificada como despesa de capital.
- 104 Considere que determinada entidade pública tenha realizado o empenho em janeiro de x2, referente a merenda escolar entregue em dezembro de x1. Nessa situação, a referida despesa pertence ao exercício de x2, sob a classificação de despesas de exercícios anteriores.
- 105 O relatório resumido da execução orçamentária pode ser utilizado para identificar se as operações de crédito por antecipação orçamentária, realizadas em determinado exercício, atendem aos limites previstos na LRF.
- 106 A transferência de recursos, por meio de convênio, para um município, com a finalidade de execução descentralizada de uma política pública de responsabilidade exclusiva da União, não se enquadra como uma transferência voluntária.

Tendo em vista as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação aplicável, julgue os itens que se seguem.

107 O registro de uma máquina usada comprada pelo valor de R\$ 20.000 deve ser feito pela entidade compradora, deduzindo-se a estimativa de saldo da depreciação decorrente do período de uso pela entidade vendedora.

108 Situação hipotética: Determinada entidade identificou a possibilidade da existência de uma obrigação de pagamento de indenização por danos morais em uma causa judicial, sendo remota a probabilidade de saída de recursos. **Assertiva:** Nessa situação, se o valor puder ser estimado, será necessário registrar uma provisão, que poderá ser revertida caso não se concretize a perda da causa.

No que diz respeito às novas práticas contábeis adotadas no Brasil, julgue os itens a seguir.

109 Uma entidade não pode realizar a mudança nos métodos de avaliação de estoques durante o exercício a ela referente, em razão da impossibilidade de retroagir esse ajuste sem causar prejuízo aos usuários da informação.

110 A apresentação de um balanço patrimonial com saldo na conta ativo diferido, em 31/12/2019, não demonstra incompatibilidade com as normas vigentes, desde que submetido à análise de *impairment*.

111 A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui informações referentes ao resultado abrangente do período, sendo apresentados separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores.

Uma entidade que vinha expandindo suas áreas de negócio adquiriu, em 31/12/2018, uma empresa de *marketing* por R\$ 20 milhões, tendo pago, a título de ágio por expectativa de rentabilidade futura, o montante de R\$ 1,7 milhão. Os estudos técnicos utilizados demonstraram que esse ágio se devia ao valor da marca da empresa no mercado e não era possível estimar sua vida útil.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

112 Independentemente de existir ou não qualquer indício de desvalorização, a entidade deveria testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável do intangível adquirido.

A tabela seguinte apresenta informações acerca de contas, tributos e demais dados relativos a determinado mês de atividade de uma empresa que fabrica apenas um produto.

componente	valor (R\$)
preço de venda do produto (unitário)	80
custos dos produtos vendidos (unitário)	20
despesa de depreciação	6.500
despesas administrativas (exceto depreciação)	12.800
despesas financeiras	4.800
estoque de produtos para revenda	50.000

Nesse mesmo mês, essa empresa vendeu a prazo 1.200 unidades, tendo sido apurada a carga tributária indicada no quadro a seguir.

tributos	alíquota
tributos incidentes sobre receita	20%
tributos incidentes sobre lucro	24%

Acerca da demonstração dos resultados do exercício dessa empresa hipotética, julgue os itens que se seguem.

113 Caso a empresa obtivesse uma variação favorável de 10% sobre os custos unitários dos produtos vendidos, mantendo as demais condições, a sua margem bruta seria maior que 70%.

114 Caso a empresa receba um benefício fiscal e o tributo sobre o seu lucro seja reduzido para 18%, a margem líquida da empresa passará a ser superior a 32%.

Acerca de retorno sobre ativos (ROA), alavancagem financeira e retorno sobre o patrimônio líquido, julgue os itens subsequentes.

115 Um aumento do montante de despesas financeiras proporciona uma redução no ROA, enquanto um aumento nas vendas líquidas não interfere diretamente no ROA.

116 Caso uma empresa incorra em despesa com juros em montante superior àquele obtido ao se apurar o lucro antes dos juros e impostos sobre lucro, ela apresentará alavancagem financeira desfavorável, isto é, o capital de terceiros estará consumindo seu patrimônio líquido.

No que se refere à análise econômico-financeira de uma empresa, julgue os itens seguintes.

117 O indicador denominado fluxo sobre lucro é influenciado pela despesa de juros, mas não é influenciado pelo pagamento dos juros a pagar.

118 O prazo médio de estocagem da empresa afetará o ciclo econômico e operacional, mas não influenciará o seu ciclo financeiro.

Considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade — NBC TSP Estrutura Conceitual/2016 acerca dos usuários e relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPG), julgue os itens subsequentes.

119 Entre os usuários primários dos RCPG estão os membros do Poder Legislativo.

120 Dada a natureza do seu conteúdo, os RCPG não podem fornecer aos seus usuários informações não financeiras.

A respeito da realização da variação patrimonial e do reconhecimento da receita pública sob o enfoque patrimonial, julgue os seguintes itens.

121 Uma variação patrimonial diminutiva (VPD) é considerada realizada quando surge um passivo com correspondente ativo.

122 Para que se evidencie o impacto da receita pública no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa (VPA) em função do fato gerador concomitantemente com a realização da receita orçamentária.

Julgue os itens a seguir, relativos à mensuração de ativos e passivos no setor público.

123 Na mensuração dos ativos de infraestrutura, é utilizada a mesma base de mensuração dos demais ativos imobilizados.

124 Quando envolve uma grande população de itens, a provisão da obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis resultados.

Espaço livre

Determinado gestor público apurou as seguintes informações, associadas ao sistema de UTI do estado, em 31/12/2019.

gastos mensais	valor (R\$)
salários e encargos sociais dos profissionais que trabalham exclusivamente em UTI	98.000
serviço de limpeza	12.000
serviço de segurança	18.000
serviço de recepcionistas	22.000

gastos por atendimento em UTI	valor (R\$)
material de consumo	900
exames realizados por entidades externas contratadas	250

itens do balanço patrimonial	saldo em 31/12/2019 (R\$)
imobilizado das UTI	820.000
intangível das UTI	280.000
estoque de material de consumo	30.000.000

atendimentos feitos em 2019	28.900
vida útil do imobilizado (em anos)	10
expectativa de utilidade dos intangíveis (em anos)	8

valor cobrado por atendimento em UTI na rede privada local	valor (R\$)
hospital Alfa	1.800
hospital Beta	1.100
hospital Gama	1.300

Todos os imobilizados e intangíveis foram adquiridos em 1/12/2019 e não possuem valor residual. Não houve desincorporação desses itens em 2019.

Com base nas informações apresentadas nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

125 Segundo o sistema de custos aplicado ao setor público, houve um déficit no resultado econômico do exercício de 2019 no caso em apreço.

126 A soma das variações patrimoniais extraorçamentárias constantes da demonstração das variações patrimoniais do exercício de 2019, decorrentes dos eventos citados, foi superior a R\$ 26.000.000.

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 127** O recebimento de recursos referentes à emissão de títulos do Tesouro Nacional deve ser classificado como atividade de investimento na demonstração de fluxos de caixa.
- 128** No momento do pagamento, pelo contribuinte, de determinada taxa de licença para funcionamento de atividade comercial pendente de vistoria pelo setor responsável, deve ser reconhecida uma variação patrimonial aumentativa em contrapartida do registro de um ativo no balanço patrimonial.

Determinado servidor público recebeu R\$ 1.000 a título de suprimento de fundos em 2019 e gastou 60% desse valor apenas em 2020, tendo apresentado a respectiva prestação de contas. O valor não utilizado foi devidamente devolvido no momento da prestação de contas.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 129** Foram registradas uma despesa orçamentária e uma variação patrimonial diminutiva, no valor de R\$ 1.000, em 2019.
- 130** Em 2020, foram feitos registros em contas da classe 1 (ativo), da classe 3 (variação patrimonial diminutiva), da classe 6 (controle de execução do planejamento e orçamento), da classe 7 (controles devedores) e da classe 8 (controles credores), com impactos nos resultados orçamentário e patrimonial.

Tendo como referência os princípios microeconômicos relacionados ao consumidor, e considerando a função utilidade $U = 5x + 2y$, em que x representa a quantidade demandada de bananas e y representa a quantidade demandada de maçãs, julgue os itens a seguir.

- 131** Depreende-se da citada função utilidade que maçã e banana são bens substitutos perfeitos.
- 132** A taxa marginal de substituição de maçã por banana é igual a $\frac{5}{2}$.

A entidade YKL possui a função de produção $y = K^{0,5}L^{0,5}$, em que K e L representam os níveis utilizados dos fatores de produção capital e trabalho, respectivamente.

Considerando que o preço de uma unidade de capital seja igual a uma unidade monetária, que o preço do trabalho seja igual a duas unidades monetárias e que o orçamento da entidade seja igual a quatro unidades monetárias, julgue os itens que se seguem.

- 133** A função de custo total médio de curto prazo é corretamente descrita por $2y + 1/y$.
- 134** O custo total médio e o custo marginal, ambos de longo prazo, são iguais a quatro unidades monetárias.

Considerando a teoria keynesiana e os principais agregados existentes no sistema de contas nacionais, julgue os itens subsecutivos.

- 135** Aumento dos gastos do governo possui maior poder de influência no produto quando o Banco Central define de forma exógena a quantidade de moeda, em vez de adotar o modelo em que a taxa básica de juros é fixada pela autoridade monetária.
- 136** Aumento da velocidade de circulação da moeda provoca um deslocamento na função consumo e, conseqüentemente, na demanda agregada.

As políticas econômicas devem, como objetivo amplo, evitar recessões prolongadas, desacelerar as explosões de crescimento e evitar a pressão inflacionária. A respeito de políticas econômicas, julgue os itens a seguir.

- 137** A implementação de uma política fiscal contracionista provoca redução de demanda pelo consumo na economia e, conseqüentemente, leva a um aumento da taxa de juros.
- 138** Uma política de expansão monetária incentiva mais o investimento do que uma política de expansão fiscal.
- 139** A combinação de uma política fiscal contracionista com uma expansão monetária pode ser uma estratégia bem sucedida no Brasil, para o país se livrar do déficit orçamentário e, ao mesmo tempo, propiciar crescimento econômico.

A dívida pública brasileira federal superou, em 2019, o montante de R\$ 4 trilhões, conforme informações disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Com relação à necessidade de financiamento do governo e à dívida pública e seus efeitos, julgue os itens que se seguem.

- 140** A trajetória da dívida pública federal nos últimos 10 anos apresenta uma tendência de crescimento com ampliação da velocidade de crescimento desde novembro de 2014.
- 141** O governo possui déficit orçamentário quando o montante de investimento é igual à poupança privada.
- 142** O superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, inclusive gastos com pagamento de juros; quando esse resultado é negativo, ocorre o déficit primário.

Certo produto foi anunciado por um preço P , valor que o vendedor aceita dividir em até três parcelas iguais, mensais e sucessivas, com ou sem entrada, conforme o desejo do cliente. No caso de pagamento à vista, o vendedor aceita entregar o produto por $0,9P$.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 143** Se, ao adquirir o produto, o cliente optar por pagar o valor P com um cheque para o mês seguinte, ele pagará uma taxa de juros efetiva de 10% a.m.
- 144** Se, ao adquirir o produto, o cliente optar por dar uma entrada e pagar o restante do valor do produto no mês seguinte, ele pagará uma taxa de juros efetiva superior a 10% a.m.
- 145** Se, no momento da compra do produto, um cliente optar pelo parcelamento em três vezes com entrada e outro cliente optar pelo pagamento em duas parcelas sem entrada, ambos pagarão a mesma taxa de juros efetiva.
- 146** Se i indica a taxa de juros efetiva paga por um cliente que opta pelo parcelamento em três vezes sem entrada, fazendo-se $x = 1 + i$, tem-se que x deve satisfazer a equação $2,7x^3 - x^2 - x - 1 = 0$.

A próxima tabela mostra indicadores das empresas hipotéticas e distintas Alfa e Beta.

indicador	Alfa	Beta
prazo médio de compras (em dias)	45	60
prazo médio de permanência dos estoques (em dias)	50	40
prazo médio de recebimento dos clientes (em dias)	60	70
rentabilidade dos investimentos (ao ano)	30%	30%
margem operacional de lucro	15%	10%
rotação do ativo	2	3

Considerando as informações precedentes, julgue os itens a seguir.

147 Os ciclos operacional e financeiro da empresa Alfa são menores que os da empresa Beta.

148 Se a rotação do ativo da empresa Beta cair 50%, a margem de lucro terá que dobrar para manter a rentabilidade dos investimentos constante.

Um modelo de formação de preço de ativos (*capital asset pricing model* — CAPM), com dois ativos A e B, apresenta os seguintes coeficientes betas: $\beta_A = 1,5$ e $\beta_B = 1,0$. A taxa de retorno do portfólio de mercado é de 8% e a taxa livre de risco é igual a 4%.

A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem.

149 Se o investidor possui em carteira 75% de ativo A e 25% de ativo B, o retorno esperado mínimo para esse portfólio é superior a 10%.

150 O ativo A é menos arriscado que o ativo B.

Espaço livre